

1º EDITAL DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS

1. Os GTs (Grupos de Trabalho) do Grupo de Pesquisas em Direito do Trabalho são realizados pelo Centro de Pesquisas do IDP – CEPES e pretendem desenvolver 3 eixos básicos de pesquisas, referentes ao Direito do Trabalho, ao Direito Sindical e ao Processo do Trabalho, sendo que cada eixo ou linha de pesquisa tem um temário inicial de 5 matérias, com orientação geral de dois professores do IDP para cada uma delas.

O presente Edital de Submissão de Artigos visa selecionar a produção acadêmica dos pesquisadores participantes, visando a publicação do 1º Caderno de Pesquisas Trabalhistas do Grupo de Pesquisas.

A produção acadêmica contará com três grupos de trabalho, que se dividirão em temáticas:

A) Direito do Trabalho (Profs. José Gervásio Abrão Meirelles e Fabiano Coelho de Souza)

- 1. A extração de novos direitos trabalhistas a partir da exegese do ordenamento jurídico vigente à luz dos princípios constitucionais e laborais** – baseado em levantamento de que direitos trabalhistas têm sido criados ou ampliados pela jurisprudência do TST invocando princípios constitucionais ou legais próprios do Direito do Trabalho e seu impacto na empregabilidade.
- 2. Um marco regulatório seguro para o fenômeno da terceirização** – perquirindo-se sobre quais seriam os parâmetros justos para se disciplinar o fenômeno da terceirização, inclusive no setor público.

3. **As micro e pequenas empresas e o Direito do Trabalho** – perquirindo sobre que reformas trabalhistas seriam necessárias para não comprometer a existência e funcionamento das micro e pequenas empresas, especialmente em contexto de crise econômica.
4. **O tempo à disposição do empregador e sua remuneração** – estudo para aperfeiçoar o conceito, hipóteses, efeitos e remuneração do período não laborado do trabalhador.
5. **O Direito e a Justiça do Trabalho e a empregabilidade** – partindo do levantamento de que encargos sociais as empresas mais reclamam como entraves à competitividade e empregabilidade, para subsidiar eventuais reformas trabalhistas.

B) Direito Sindical (Min. Ives Gandra Martins Filho e Dr. Maximiliano Pereira de Carvalho)

1. **Os meios alternativos de composição de litígios na seara trabalhista** – analisando a jurisprudência e a realidade fática atual, para verificar como inserir adequadamente na seara laboral os meios alternativos de composição de litígios, constituídos pela arbitragem, mediação, conciliação prévia e negociação coletiva, de forma a desafogar a demanda judicial não assimilada pela Justiça do Trabalho.
2. **O conceito de Indisponibilidade de direitos** – partindo da conjugação dos princípios da proteção e da subsidiariedade, propostos pela Doutrina Social Cristã, verificar quais seriam os parâmetros adequados para fixar um conceito de indisponibilidade de direitos em matéria de negociação coletiva.
3. **Os limites da autonomia negocial coletiva** – baseado em levantamento de quais cláusulas de acordos e convenções coletivas de trabalho têm sido anuladas pela Justiça do Trabalho e por que razão.

4. **A reforma sindical possível** – estudando que reformas sindicais seriam precisas para tornar mais legítima a negociação coletiva.
5. **As fontes de financiamento do sistema sindical** – estudo das fontes atuais de custeio do sistema sindical e propostas de seu aperfeiçoamento.

C) Processo do Trabalho (Drs. Maximiliano Pereira de Carvalho e Fabiano Coelho de Souza)

1. **A disciplina judiciária na uniformização de jurisprudência dos TRTs na esteira da Lei 13.015/14** – fazendo levantamento de que súmulas têm sido editadas pelos TRTs em contraposição às do TST ou no seu seguimento.
2. **Um novo paradigma para a uniformização de jurisprudência pelo TST** – baseado na análise das inovações introduzidas pela Lei 13.015/14 e se são suficientes para que a Corte Superior Laboral cumpra a sua missão institucional, ou se necessita de aperfeiçoamento no modelo de apreciação de processos pelo TST, de modo a ser efetivamente um tribunal que julga temas e não casos.
3. **O Processo Judicial Eletrônico e sua completa implementação na Justiça do Trabalho** – baseado num levantamento de como tem funcionado o PJe na Justiça do Trabalho, os problemas que tem enfrentado para sua completa implementação, bem como sobre que funcionalidades ainda carece de desenvolver.
4. **A efetividade da execução trabalhista e as condições para alcançá-la** – partindo das medidas e programas adotados para reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução de sentenças, fazer um levantamento das causas que levam à dificuldade prática de se conseguir que o trabalhador que ganha a causa receba o que lhe foi reconhecido judicialmente.

5. **Uma visão ampliada das fontes de custeio da Justiça do Trabalho** – estudando que outros recursos podem ser aproveitados para se custear a Justiça do Trabalho além do estritamente destinado a ela no orçamento da União, tal como a remuneração dos depósitos judiciais, as custas processuais e a remuneração pela cobrança de contribuições de terceiros.

2. DO RECEBIMENTO DOS ARTIGOS

Os artigos serão recebidos no período de **15 de dezembro de 2016 a 20 de janeiro de 2017** pelo endereço eletrônico <https://portalgt.idp.emnuvens.com.br/cpt/index> e avaliados pelo método do *double blind review*, que possibilita a análise inominada dos artigos, garantindo a imparcialidade da avaliação. O método ainda exige o exame do artigo por dois ou mais avaliadores, o que garante a diminuição da subjetividade e de preferências ideológicas.

Os resultados serão divulgados até **05 de fevereiro de 2017**.

Os autores deverão proceder a um cadastramento prévio no <https://portalgt.idp.emnuvens.com.br/cpt/index>, constando nome, titulação, endereço de correspondência, instituição de filiação, e telefone, e assinar o termo de cessão do direito autoral e de imagem para o Instituto Brasiliense de Direito Público, para divulgação relacionada exclusivamente ao 1º Caderno de Pesquisas Trabalhistas. As informações constantes dos artigos serão utilizadas para elaboração da declaração de apresentação. O conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores.

3. DA QUANTIDADE DE ARTIGOS POR AUTOR

Cada autor poderá enviar o número de artigos que desejar, recomendando-se que o artigo seja escrito por até dois autores. Não será admitida a substituição ou

alteração do conteúdo do artigo encaminhado, exceto se o Orientador sugerir alterações que poderão ser acatadas ou não pelo(s) autor(es). No entanto, em caso de recusa das adaptações, o artigo poderá ser recusado pelos avaliadores.

4. DO MÉTODO DE AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS: “*Double blind review*” ou duplo anonimato.

O método do duplo anonimato não divulga nome de autores, nem de avaliadores. Cada artigo será avaliado por, pelo menos, dois avaliadores. Esse método assegura isonomia entre os participantes e qualidade dos artigos aprovados.

5. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO

Os avaliadores observarão:

- a) estrutura formal;
- b) aderência do tema aos Eixos e Linhas de Pesquisa do Grupo de Pesquisas em Direito do Trabalho;
- c) clareza de argumentos e linguagem técnica.

6. DOS ARTIGOS APROVADOS PARA O 1º CADERNO DE PESQUISAS TRABALHISTAS

6.1. Serão selecionados para a publicação todos os trabalhos que os coordenadores avaliarem positivamente, sem prejuízo, contudo, de que, aqueles que precisem de adaptações mais amplas já passem a constar como potencial publicação no 2º Caderno de Pesquisas Trabalhistas, a ser publicado em data futura a ser divulgada.

6.2. Os professores coordenadores das linhas de pesquisa poderão publicar artigo acadêmico automaticamente, sem que sejam submetidos à avaliação às cegas, sendo-o apenas ao Coordenador Geral do Grupo,

7. DOS ASPECTOS FORMAIS DO ARTIGO

Todos os artigos enviados para avaliação devem observar os seguintes aspectos formais:

- 7.1. Arquivos em formato .doc ou .docx, sem identificação de autoria.
- 7.2. Conter **TÍTULO** em português e inglês. O título deve estar escrito sem negrito, centralizado e em letras caixa-alta. Fonte: Arial; Corpo: 12.
- 7.3. Conter **RESUMO** na língua portuguesa, com no mínimo 100 e no máximo 250 palavras. Evitar abreviaturas. Fonte: Arial, Corpo: 10, Espaçamento: simples.
- 7.4. Conter, no mínimo, **03 PALAVRAS-CHAVES** na língua portuguesa.
- 7.5 Conter resumo em língua estrangeira, preferencialmente inglês, com no mínimo 100 e no máximo 250 palavras. Evitar abreviaturas. Fonte: Arial, Corpo: 10, Espaçamento: simples.
- 7.6 Conter, no mínimo, **03 PALAVRAS-CHAVES** na língua estrangeira escolhida
- 7.7 ser estruturado com **INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CONCLUSÃO E REFERÊNCIAS;**
- 7.8. ter de **15 a 25 PÁGINAS** (sem numeração) formato A4, posição vertical; fonte: Arial; corpo: 12; alinhamento: justificado, sem separação de sílabas; Espaçamento entre linhas: 1,5; Parágrafo: 1,5 cm; Margem: superior e esquerda - 3 cm; Inferior e direito - 2 cm);
- 7.9. **CITAÇÕES e REFERÊNCIAS** de acordo as regras da ABNT e indicação das URLs e DOI dos textos citados;
- 7.10. Não conter **ANEXO;**
- 7.11 O arquivo contendo o texto não deverá ter nenhuma referência à qualificação do autor, sob pena de rejeição.

8. DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

8.1 Os 5 (cinco) melhores artigos serão selecionados para a apresentação do trabalho acadêmico aos Pesquisadores Coordenadores, sendo tal apresentação facultativa.

8.2. Os autores com os artigos selecionados serão notificados via e-mail.

8.3 Somente o(s) autor(es) poderá (ão) apresentar trabalhos. Em caso de coautoria é suficiente a apresentação por um dos coautores.

8.4. A declaração de apresentação será emitida somente para quem apresentar o trabalho, sem exceções.

8.5. A assinatura (legível) na lista de presença, após a apresentação do trabalho no Grupo de Trabalho, é condição para a emissão de declaração de participação.

8.6. As apresentações dos artigos aprovados serão de 20 minutos por trabalho. Debates podem ser realizados, de acordo com as orientações fornecidas pelas mesas de coordenação dos grupos de trabalhos. Após as apresentações será aberta a palavra para os participantes do grupo, para a discussão da temática.

8.7. Serão disponibilizados recursos audiovisuais (*datashow*, projetores, etc.) para apresentações dos trabalhos.

9. DA PREMIAÇÃO DOS ARTIGOS MELHOR AVALIADOS

9.1. Os três artigos melhor avaliados serão premiados pelo CEPES – IDP, da seguinte forma:

- a) 1º lugar: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- b) 2º lugar: R\$ 7.000,00 (sete mil reais);
- c) 3º lugar: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

9.2. Os professores coordenadores das linhas de pesquisa não concorrerão à premiação, uma vez que os seus artigos não se submeterão à avaliação dos demais avaliadores, mas apenas à revisão do Coordenador Geral do Grupo, após a qual, serão publicados, automaticamente.

10. DOS ARTIGOS QUE SERÃO PUBLICADOS

10.1. Os artigos apresentados e selecionados pelos Coordenadores do Grupo de Pesquisa serão publicados no formato de livro físico e virtual no portal de *eBooks* do site do IDP, que será organizado pelo Centro de Pesquisa do IDP.

10.2. Os direitos autorais dos artigos aprovados para publicação deverão ser cedidos pelo(s) autor(es) ao IDP, sem custos, por termo assinado na submissão do trabalho.

10.3. A Escola de Direito de Brasília - EDB não se responsabiliza por eventuais falhas de tecnologia decorrentes do volume de acessos no último dia.

11. Link para inscrição do artigo:

O link para a submissão dos artigos: <https://portalgt.idp.emnuvens.com.br/cpt/index>

12. Cronograma:

Recebimento de artigos	15/12/16 a 20/01/17
Prazo final para as avaliações	02/02/2017
Divulgação dos resultados	até 05/02/2017